

## 2

### A conexão afetiva no desenvolvimento infantil típico

Considerada por vários autores da abordagem desenvolvimentista, como Greenspan & Wider (2000; 2006) e Hobson (1990a; 1990b; 1993a; 1993b; 1998; 2002; 2005a; 2005b; 2005c; 2007; 2008) o pilar para o desenvolvimento humano, a conexão afetiva é o que permite o compartilhar de experiências afetivas entre as pessoas. Como este compartilhar é o que dá condições para o constante desenvolvimento do recém-nascido, é imprescindível analisar o conceito de conexão afetiva e avaliar as consequências que este processo acarreta para o desenvolvimento humano em seus anos iniciais. Somente assim, será possível uma melhor compreensão do desenvolvimento infantil típico, de modo que este conhecimento possa nos ajudar a compreender o desvio do desenvolvimento de crianças autistas. Portanto, conhecer o desenvolvimento infantil típico é o que será visto a seguir.

#### 2.1

##### Caracterização da conexão afetiva

Muitos autores, como Greenspan & Wider (2000; 2006), Hobson (1990a; 1990b; 1993a; 1993b; 1998; 2002; 2005a; 2005b; 2005c; 2007; 2008) e Stern (1974; 1977; 1992) defendem que existe uma origem comum para o desenvolvimento dos comportamentos dos seres humanos. Esta origem é denominada por Hobson (2002) de conexão afetiva<sup>1</sup>, caracterizando-se por uma habilidade inata de bebês humanos nascerem com preferências distintas em relação às sensações e estímulos que buscam e respondem no contexto ao seu redor. Isto equivale a dizer que os bebês humanos nascem com preferências inatas para prestarem atenção a aspectos específicos dentro de um conjunto de estímulos do ambiente. Estes aspectos específicos são as pessoas que se relacionam com

---

<sup>1</sup> Hobson (1990a; 1993a; 1993b; 1998; 2002; 2005a; 2005b; 2005c; 2007) utiliza diversos conceitos, como engajamento emocional (Hobson, 2002), responsividade emocional (1990; 1993b; 2002), engajamento interpessoal (Hobson, 1998) e conexão afetiva (1993a, 2005a; 2005b; 2005c; 2007) para se referir à capacidade humana de engajamento afetivo com os seus parceiros de interação. A utilização destes diversos termos usados pelo autor não esclarece devidamente se há diferenças conceituais entre os termos utilizados, pois ele mesmo não faz distinções evidentes entre eles. Por isso, daremos preferência pelo uso do termo conexão afetiva, visto que esta denominação demonstra o quanto o afeto é o responsável pelas interações entre as pessoas.

estes bebês, fazendo com que eles apresentem, pois, uma responsividade precoce ao seu mundo social.

Vários autores apontam evidências que comprovam isto. Como exemplos, a preferência inata do recém-nascido em prestar atenção à face humana, achando-a um estímulo muito mais interessante do que qualquer outro; a sua predileção inata por sons de vozes a qualquer outro estímulo auditivo, por vozes femininas a masculinas e a capacidade de distinguir a voz de sua mãe da de outras vozes femininas; a capacidade do recém-nascido, a partir dos seis dias de vida, distinguir o leite de sua mãe do de outras mulheres; a busca do contato ocular do bebê de 8 semanas com os seus cuidadores<sup>2</sup>, caracterizando a procura do bebê em dirigir o seu olhar para os olhos de seus cuidadores; e a capacidade do recém-nascido se acalmar quando tocado por seu cuidador (Stern, 1977; 1992; Brazelton & Cramer, 1990; 1992).

Assim, os seres humanos nascem equipados para o envolvimento com os outros seres humanos. Com esta predileção por estes estímulos sociais, a conexão afetiva dá condições para que o recém-nascido se envolva em interações sociais com os seus cuidadores. Estas interações sociais ocorrem através das trocas afetivas entre os parceiros de interação, fazendo com que o recém-nascido seja afetado pelas expressões de afeto dos seus cuidadores e responda a elas através da expressão de seus próprios afetos. É por isso que Hobson (2002) caracteriza a conexão afetiva como a capacidade humana inata de recém-nascidos serem sensíveis e responsivos às expressões afetivas contidas no comportamento de seus cuidadores e expressivos em relação aos afetos que sentem através também de seus comportamentos. Assim, a conexão afetiva permite que o recém-nascido se conecte às experiências afetivas de seu cuidador, que por sua vez, também está conectado às experiências afetivas de seu bebê.

Para comprovar a sua teoria, Hobson (2002) apresenta inúmeros indícios. Um dos mais importantes é a capacidade precoce de recém-nascidos serem capazes de copiar e serem afetados pelas ações e afetos de seus cuidadores nas mímicas neonatais. As mímicas neonatais são consideradas a capacidade inata de recém-nascidos reproduzirem o comportamento de seu cuidador. Como por

---

<sup>2</sup> Utilizaremos o termo “cuidador” ao longo da tese para nos referirmos ao principal cuidador do bebê, o que significa dizer que este pode tanto ser a sua mãe biológica quanto qualquer pessoa que seja o(s) principal(is) responsável(is) pelas suas necessidades e cuidados.

exemplo, recém-nascidos de apenas dois dias tentarem imitar diferentes expressões faciais apresentadas por uma pessoa, abrindo a boca e arregalando os olhos diante de um rosto surpreso e fechando as suas bocas e franzindo as suas sobrancelhas diante de uma face tristonha. Tal afirmação é fortemente endossada por Meltzoff & Moore (1998) que estudam as mímicas neonatais e defendem que as mesmas são vitais para as experiências bidirecionais entre recém-nascidos e os seus cuidadores, capacitando os recém-nascidos a responderem imediatamente ao comportamento de seus cuidadores, através de seu próprio repertório comportamental.

Além das mímicas neonatais, Hobson (2002) cita vários exemplos de conexão afetiva nas fases iniciais do desenvolvimento humano, como por exemplo, a atenção distinta que um bebê de três meses dá a um móbile quando comparada à atenção dispensada a sua mãe, que é muito mais intensa e demorada. Há também a reação de evitação do olhar quando bebês de dois meses se vêem diante de um rosto sem expressão no experimento de *still-face* (face estática) e a reação emocional de bebês de dez semanas diante das expressões emocionais de suas mães, fazendo com que eles sorrissem menos para elas quando elas demonstram tristeza (Hobson, 2002).

Apesar de podermos citar vários exemplos, o mais importante é perceber o quanto a conexão afetiva é uma habilidade inata que reflete a capacidade do bebê ser afetado pelas expressões afetivas contidas nos comportamentos e ações diretas das pessoas com as quais ele interage e como ele responde a elas através de suas próprias expressões afetivas. Esta capacidade é pré-reflexiva e possibilita que o recém-nascido humano responda e interaja com os seus cuidadores através do afeto que se manifesta entre eles. Estas experiências afetivas compartilhadas permitem que o bebê se envolva em trocas sociais recíprocas com os seus cuidadores, determinantes para o fomento dos comportamentos do seu desenvolvimento.

Embora a conexão afetiva adquira novas características ao longo do desenvolvimento, o que será visto em seguida, há dois importantes fatores a serem considerados. O primeiro é a necessidade de se enfatizar o quanto a conexão afetiva é a precursora do desenvolvimento humano na medida que ela possibilita um engajamento efetivo entre as pessoas e trocas sociais entre elas, que dão condições para o aparecimento de novos comportamentos do desenvolvimento

típico. E em segundo lugar, o quanto ela continua a ser a pedra angular deste desenvolvimento, apesar de novas habilidades que vamos adquirindo ao longo de nossas interações sociais.

Por fim, para que a conexão afetiva seja melhor compreendida, em um de seus últimos trabalhos, Hobson (2008) nos apresenta um exemplo simples e eficiente da força da conexão afetiva entre humanos. Ele pede apenas que consideremos o que sentimos quando um bebê de dois meses de idade sorri para a gente e não nos dá respostas para o que ele espera de nossas elucubrações. Hobson (2008) já prevê o impacto afetivo que isto tem em nós humanos com desenvolvimento típico e como isto já é o suficiente para que compreendamos o que significa estar conectado ao afeto do outro. Fácil perceber, portanto, o quanto isto nos afeta e nem encontramos palavras para expressar o que sentimos quando nos deparamos com um sorriso de bebê. Somente somos capazes de responder a este sorriso, com a mesma intensidade e duração que nos foi dado, acometidos por um intenso júbilo de prazer e encantamento. Ou seja, nada melhor do que entender a conexão afetiva através de um exemplo que nos conecta ao afeto do outro, ainda mais este outro sendo um bebê. O que pode nos fazer entender também nossas emoções quando lemos uma poesia, assistimos a um drama ou ouvimos uma música. Além de permitir que entendamos como esta conexão afetiva atua ao longo do desenvolvimento humano. É o que veremos a seguir.

## 2.2

### **A conexão afetiva e o fluxo das interações na intersubjetividade primária**

Conforme já visto, a partir da conexão afetiva, o recém-nascido se envolve em trocas afetivas com os seus cuidadores. Nos primeiros nove meses de vida, estas trocas afetivas caracterizam-se por interações diádicas. É por isso que Trevarthen & Aitkhen (2001) denominam esta fase de intersubjetividade primária.

Nos dois meses iniciais que caracterizam a intersubjetividade primária, as primeiras interações entre o bebê e os seus cuidadores se estabelecem devido aos cuidados primários do cuidador em relação às necessidades fisiológicas de seu bebê, como fome, frio, sono, dentre outros. Stern (1992) afirma que neste período, o cuidador está preocupado em regular e estabilizar os ciclos dormir-acordar, dia-

noite e fome-saciedade de seu bebê e por isso, grande parte das interações afetivas entre recém-nascido e cuidador ocorre devido à regulação fisiológica deste bebê.

É neste período também que o autor defende que o bebê se encontra em um estado denominado como inatividade alerta, onde ele fica fisicamente alerta e tranquilo, apenas observando os eventos externos. Brazelton & Cramer (1990) afirmam que para captar a atenção do bebê, neste período, os cuidadores precisam tomar a iniciativa de buscar a interação, adaptando os seus comportamentos aos ritmos próprios do bebê. Ao fazer isto, eles conseguem a atenção do bebê através, principalmente, do contato ocular que eles estabelecem e podem, então, a começar a interagir diadicamente. Com esta interação, os adultos permitem que o bebê se torne capaz de regular os seus vários sistemas fisiológicos, como, por exemplo, o seu próprio controle motor e a regulação do sono. Isto porque, a partir do momento que os adultos focam a atenção do bebê para a interação, ele passa a controlar os seus sistemas para manter esta interação que está sendo foco de seu interesse. Brazelton & Cramer (1990) chamam estas interações de sincrônicas, porque os cuidadores sincronizam os seus próprios estados de atenção e de desatenção aos estados do bebê, auxiliando-o a prestar a atenção para eles para, então, prolongar esta atenção para a interação. Para os autores, com estas interações, o bebê pode sentir que os cuidadores são seres responsivos e começam, então, a contribuir com as interações. Por sua vez, os cuidadores experenciam a sua própria competência em conseguir a atenção e o prolongamento da atenção de seu bebê para si, estimulando-o a iniciar e manter as interações sociais com eles. Exemplos de comportamentos sociais que caracterizam as interações sincrônicas são aqueles identificados no trabalho de Maestro et al (2001), como o contato ocular, a sintonização dos comportamentos do bebê aos comportamentos dos adultos e as mímicas que o bebê faz dos comportamentos do adulto.

A partir das interações sincrônicas, bebê e cuidadores passam a se envolver em interações simétricas, definidas por Brazelton & Cramer (1990) como as interações onde os cuidadores já reconhecem quais são os estímulos preferidos utilizados por eles para iniciar as interações com o bebê e recorrem aos mesmos para realizar e manter a sincronia. Para os autores, através das interações simétricas, os cuidadores já se tornam capazes de reconhecer as capacidades de seu bebê para atenção, o seu estilo e preferências. Com isso, os cuidadores criam a

expectativa de que quando eles seguirem estas capacidades e preferências do bebê, ele se envolverá nas interações com eles. Logo, os cuidadores continuam a executar o papel de tomar a iniciativa para o aparecimento destas interações e segundo Brazelton & Cramer (1990) são eles os responsáveis por esta simetria. Neste ponto, o bebê já é capaz de apresentar novos comportamentos, como aqueles encontrados também no trabalho de Maestro et al (2001), como o ajustamento postural do bebê, visto que ele se ajusta ao colo materno para manter-se em sincronia com ela e a busca de contato do bebê, onde o bebê se move espontaneamente em direção aos seus cuidadores para começar a interação, como por exemplo, o bebê movimentar a cabeça em direção à voz de seus cuidadores.

Cabe ressaltar que, como estas interações iniciais ocorrem devido à regulação fisiológica deste bebê, é natural supor que estas primeiras interações envolvem, principalmente as experiências sensoriais do bebê, tais como as suas experiências táteis e visuais. E mais importante ainda, que, devido à conexão afetiva entre os membros da díade, estas experiências sensoriais e interações são acompanhadas sempre de comportamentos afetivos dos cuidadores, como embalar, acariciar, cantar e tranquilizar os seus bebês durante a sua alimentação ou troca de fraldas, por exemplo. O que, por sua vez, ocasiona respostas afetivas de seus bebês, como por exemplo, fazer contato ocular com os seus cuidadores em resposta às suas solicitações ou fazer mímicas de seus comportamentos. Devido a este fator, Greenspan & Benderly (1999) afirmam que há um código dual entre a experiência sensorial e a resposta afetiva que esta experiência provoca. Dito de outra forma, através da conexão afetiva, bebês reagem afetivamente aos comportamentos afetivos de seus cuidadores, que acompanham as suas experiências sensoriais.

Para Stern, Hofer, Haft & Dore(1985), estas trocas afetivas são vivenciadas também através dos contornos de vitalidade. Para os autores, estes contornos estão presentes em toda a experiência afetiva do bebê. Eles caracterizam as qualidades sentidas pelo bebê, tais como o movimento, o ritmo, a intensidade, dentre outros, de todos os processos vitais, como, por exemplo, sugar, olhar e se sentir embalado pelos seus cuidadores. Stern (1992) exemplifica este conceito citando a dança, onde o coreógrafo tenta expressar a qualidade de um sentimento, através do ritmo dos passos dos dançarinos, a movimentação corporal deles e a intensidade de seus

movimentos. Para ele, estas qualidades expressam como os afetos são vivenciados e não apenas quais são eles.

Da mesma forma, durante as interações, o bebê é sensível às expressões afetivas de seus cuidadores e ao modo como estas expressões são sentidas. Assim, o bebê vivencia diferentes qualidades das expressões afetivas de seus cuidadores, como a entonação da fala e a duração do toque deles sobre a sua pele. Isto faz com que ele seja capaz de vivenciar qualidades globais de suas experiências sensoriais, visto que ele experiencia todas estas qualidades em qualquer expressão de afeto e passa a reconhecer certos padrões semelhantes nas mesmas.

Segundo Stern (1992), esta experiência organizadora também é possível devido à nossa capacidade inata de percepção amodal. Esta se caracteriza pela transferência de uma experiência perceptual que é sentida através de uma modalidade sensorial, como o toque, para outra, como a visão. Como exemplo, Stern (1992) apresenta um experimento realizado com bebês de três semanas. Este experimento mostra que eles são capazes de olhar acertadamente para o bico da chupeta que eles estavam chupando de olhos vendados, quando duas chupetas com bicos de formatos diferentes são apresentadas visualmente a eles. Deste modo, a informação recebida em determinada modalidade sensorial não pertence a ela somente, o que significa dizer que ela pode ser experienciada globalmente em outros canais sensoriais. Isto possibilita a este bebê vivenciar uma experiência organizadora.

Neste início da vida, esta experiência organizadora é chamada por Stern (1992) de um senso de *self* emergente, visto que o bebê ainda não apresenta a noção de um *self* distinto dos outros, assim como não tem a noção dos *selves* dos outros. Isto porque estas noções só surgem a partir das interações sociais e afetivas deste bebê, que dão condições para que o bebê vivencie experiências organizadoras e integradoras que permitem que ele desenvolva um senso de identidade para si e para os outros. Mas, até este momento, ele apenas experiencia um certo processo de integração advindo de sua percepção amodal e dos contornos de vitalidade.

Contudo, a partir dos dois meses de idade, novas interações, que podem propiciar o desenvolvimento de um senso de eu e de outros, aparecem. Se anteriormente os comportamentos sociais se relacionavam às necessidades fisiológicas do bebê, depois dos dois meses, eles se relacionam às sensações

prazerosas que os membros da díade compartilham quando estão interagindo entre si. Segundo Brazelton & Cramer (1990) isto ocorre porque quando cuidadores e bebês estão envolvidos em interações sincrônicas e simétricas, o bebê começa a apresentar comportamentos, tais como franzir sobrancelhas e se mexer. Mas, os seus cuidadores reagem a isto, respondendo afetivamente a estes comportamentos dando-lhes algum sentido, como por exemplo, o adulto achar que o bebê está franzindo a sobrancelha porque está incomodado com algo. Assim, ao verem o bebê fazendo isto, eles reagem e o acariciam. Isto faz com que o bebê vivencie que os seus comportamentos geram respostas nas pessoas. Do mesmo modo, quando as pessoas falam suavemente com um bebê e ele se mexe, elas acreditam que ele se mexeu devido ao seu comportamento inicial e repetem a experiência. Com esta repetição, o bebê passa a vivenciar que os comportamentos dos seus parceiros de interação geram respostas próprias. A partir daí, ambos passam a responder de modo contingente aos comportamentos do outro. Brazelton & Cramer (1990) denominam estas interações de interações contingentes e Striano, Henning & Stahl (2005) definem-nas como a capacidade de alguém de agir e perceber os efeitos que estas ações causam no outro ou no ambiente ao seu redor. Já para Maestro et al (2001) as interações contingentes caracterizam todas as ações de um indivíduo que geram reações no parceiro de interação.

Segundo Brazelton & Cramer (1990), a partir das interações contingentes os cuidadores conseguem identificar as suas próprias falhas e sucesso em manter o seu bebê nas interações. É através das mesmas, que eles podem desenvolver um repertório do que funciona ou não funciona a fim de manter o estado de atenção de seu bebê.

Stern (1992) afirma que, a partir desta idade em diante, os bebês se tornam extremamente sociais. Encontramos como explicação para isso, o fomento das interações contingentes. Isto porque, a partir do momento em que os membros da díade compartilham estas interações, observando no outro a resposta às suas solicitações, eles se tornam mais engajados e motivados a vivenciar estes momentos prazerosos de trocas afetivas recíprocas. É por isso que Brazelton & Cramer (1990) afirmam que, nesta fase, as interações faciais um-a-um se tornam muito mais importantes do que as interações de regulação fisiológica.

Nesta fase, Stern (1992) chama a atenção para o surgimento de dois comportamentos fundamentais que se desenvolvem a partir dos dois meses de

idade. O primeiro é o sorriso responsivo, caracterizado pelo uso do sorriso do bebê como resposta a algum comportamento do adulto, seja este um sorriso também, um gesto ou a própria fala. Este comportamento se desenvolve a partir do momento que o bebê esboça um sorriso e os seus cuidadores significam o mesmo como se fosse um sorriso orientado para eles. Deste instante em diante, toda vez que o bebê sorrir, eles reagem a isto euforicamente, sorrindo também. A partir desta vivência, o bebê passa a sorrir para que os adultos respondam de modo contingente, sorrindo ou dizendo alguma gracinha para eles. Assim, ambos se envolvem em interações contingentes, onde cada membro da díade se envolve em comportamentos que produzem respostas no outro.

O mesmo pensamento se repete em relação ao segundo comportamento enfatizado por Stern (1992), que é o início das vocalizações. As vocalizações são caracterizadas pela emissão de pedacinhos de sons semelhantes às palavras utilizadas anteriormente pelos parceiros de interação, como por exemplo, o “ma, ma”, referindo-se à mamãe. Conforme Bates (1979) demonstrou, inicialmente o bebê aleatoriamente produz sons, os quais são significados pelos seus cuidadores, que reagem afetivamente a eles, criando interações contingentes com o seu bebê. Mais tarde, ele passa a reproduzir sons que são semelhantes aos pedacinhos de palavras repetidas pelos cuidadores. Estes atribuem que o bebê está querendo se referir a estas palavras e significam estes sons, reagindo afetivamente a eles, cada vez que o bebê os produz. Isto faz com que novas interações contingentes se desenvolvam e o bebê realmente passe a utilizar estas vocalizações para provocar respostas afetivas de seus cuidadores.

Além desses comportamentos enfatizados por Stern (1992), encontramos outros comportamentos que podem se desenvolver ao longo destes meses. Como por exemplo, o bebê olhar para objetos seguros por outros, o deleitar-se do bebê quando está interagindo com outras pessoas, as mímicas, tanto dos bebês reproduzindo os comportamentos e ações dos adultos, quanto dos adultos reproduzindo as ações e comportamentos do bebê e a orientação para o próprio nome, onde ele passa a olhar quando chamam o seu nome (Maestro et al, 2001 e Osterling & Dawson, 1994).

Com o desenvolvimento das interações contingentes, o bebê começa a desenvolver também o início de sua intencionalidade. Bates (1979) define a intencionalidade como a capacidade do indivíduo ter consciência dos efeitos que

seus sinais terão quando ele os transmitir. Para Tomasello (2003) é a capacidade do ser humano utilizar um meio para atingir determinado fim. Embora tal capacidade ainda não seja encontrada em bebês que estão na fase de intersubjetividade primária, Rochat (2007) defende que a intencionalidade começa a emergir como um produto das trocas sociais encontradas nas interações contingentes. Para o autor, isto ocorre a partir do momento que o bebê começa a sorrir para os seus cuidadores e espera que eles sorriam de volta. O que significa dizer que a partir das interações contingentes, o bebê passa a desenvolver um sentido de causalidade, ou seja, vivenciar a sensação de que as suas ações geram respostas no ambiente, pré-requisito para que, mais tarde, ele possa desenvolver a consciência dos efeitos de seus comportamentos. Para melhor entendimento, podemos citar novamente o trabalho de Bates (1979). Ela exemplifica isto citando o choro do bebê. Antes dos dois meses, ele é utilizado para atrair a atenção da mãe para que ela, por exemplo, o alimente. Mas, à medida que o bebê vivencia que ele está conseguindo atrair a atenção e o conforto de sua mãe quando chora para se alimentar, ele passa a utilizar o choro de modo diferente, não mais para sinalizar a sua fome, mas sim para obter a atenção e os carinhos de sua progenitora.

Deste modo, tanto Bates (1979) quanto Rochat (2007) acreditam que os bebês começam a se tornar intencionais, embora ainda não o sejam no sentido dado por Tomasello (2003), primeiramente nas interações diádicas para depois aplicarem isto em suas interações com os objetos, quando eles passam a separar os meios e os fins de suas ações, conforme veremos mais tarde. Neste momento, o importante é enfatizar que, a partir das interações contingentes, o bebê começa a desenvolver a sua intencionalidade.

Devido também às interações contingentes, o bebê começa a desenvolver um outro tipo de interação, denominada por Klinger & Dawson (1992) como alternância de turno e comportamento antecipatório. Para as autoras, à medida que o bebê está interessado em agir para obter a resposta do outro, ele fica tão envolvido na interação, que passa a prolongar estes efeitos, antecipando, então, o comportamento do outro por “saber” como ele irá se comportar. Logo, os membros da díade começam a antecipar as respostas um do outro, através de longas seqüências de interação. Isto estabelece uma expectativa em relação aos comportamentos que se espera um do outro. Brazelton & Cramer (1990) identificam estas interações como *entrainment* (embarque), chamando a atenção

para o fato de que cada parceiro da interação se ajusta ao comportamento do outro, e Maestro et al (2001) identificam um novo comportamento que se desenvolve a partir destas interações, chamado de antecipação ao objetivo do outro.

Com o advento deste tipo de interação, o bebê passa a ter um papel mais ativo nas interações e ambos os membros da díade estão envolvidos em interagir para afetar o comportamento e afeto do outro. Conectados afetivamente, isto é, motivados a compartilhar afeto e atenção, eles se tornam predispostos a buscarem as interações sociais. Para tal, é fundamental que ambos os membros da díade utilizem comportamentos sociais que desencadeiem o engajamento nas interações. Por parte dos cuidadores, eles utilizam comportamentos sociais que apresentam variações não-usuais em relação aos mesmos comportamentos quando utilizados nas interações sociais com outros adultos. Similarmente, muitos dos comportamentos sociais do bebê são vistos somente durante as interações com os seus cuidadores.

Stern (1974; 1977) estudou quais comportamentos sociais seriam estes. O autor identificou três comportamentos utilizados pelos cuidadores para manter as interações com o seu bebê e como eles se manifestam nas interações, de forma a mantê-lo engajado. Os comportamentos encontrados foram o contato ocular, as expressões faciais e as vocalizações. Em todos eles, foram encontradas variações incomuns dos comportamentos normais encontrados em adultos. Em relação às vocalizações, Stern (1974; 1977) encontrou uma comunicação singular utilizada pelos cuidadores ao falarem com os seus bebês, denominando-a de “manhês”. O manhês caracteriza-se por ser uma fala que apresenta uma musicalidade e entonação própria para privilegiar o modo como os cuidadores falam com o seu bebê, em detrimento do que eles dizem. Isto dá a oportunidade tanto do bebê se envolver mais intensamente na interação, quanto dele experienciar as trocas afetivas e os contornos de vitalidade contidos nas interações. Sendo assim, as vocalizações do cuidador apresentam uma sintaxe simplificada, com o uso de muitos sons sem sentido e com bastantes variações. A sonoridade das vocalizações é também variada, indo desde sussurros até a altos e exuberantes sons. As mudanças na intensidade do som são também mais ricas e dramáticas do que na fala com outro adulto. Assim como há alteração na velocidade da

performance, como por exemplo, a duração da vogal ser mais longa e as pausas entre cada vocalização dos cuidadores serem mais prolongadas.

Alterações são encontradas também nas expressões faciais e contato ocular. Para captar a atenção do seu bebê, cuidadores utilizam expressões faciais exageradas e pausadas, ou seja, lentas para se formarem e com duração mais longa. Além disso, cuidadores tendem a deixar as suas faces muito próximas da do bebê. Em se tratando do contato ocular, Stern (1974; 1977) encontrou também uma duração bem mais demorada do que no contato ocular entre adultos.

Por outro lado, como o bebê apresenta um papel ativo nas interações, os seus comportamentos provocam ou não o aparecimento dos comportamentos sociais dos seus cuidadores. Sendo assim, se o bebê sorri, vocaliza ou manifesta uma expressão facial de prazer enquanto mantém o contato ocular com os seus cuidadores, eles começam a apresentar os comportamentos que captam a atenção do bebê para as interações da díade. Ao contrário, se o bebê não manifesta estes comportamentos, os cuidadores tentam captar a sua atenção ou desistem da interação. Do mesmo modo, a permanência da interação depende da resposta afetiva de cada membro da díade. É por isso que Stern (1977) salienta a importância da regulação mútua nos processos interacionais, enfatizando o papel do contato ocular para isto. Segundo Stern (1974), o contato ocular apresenta algumas funções, dentre os quais, regular a percepção, permitir o engajamento nas interações e terminar ou reduzir a intensidade do estímulo ou interação, quando passamos a evitá-lo (a). Assim, em interações diádicas saudáveis, cada membro da díade está preocupado em manter as interações, mas também em sentir como o outro está respondendo a elas, de modo a tanto captar a atenção do parceiro novamente se ela se dispersa quanto de sentir quando o momento não é oportuno.

Para melhor entendimento, voltemos ao trabalho de Brazelton & Cramer (1990). Os autores discriminam que com o aparecimento das interações de alternância de turno e comportamento antecipatório, os membros da díade passam a se envolver em jogos sociais intensos. Deste modo, se a mãe sorri, o bebê sorri de volta. Com a resposta do bebê, ela sorri novamente e ele responde novamente. Até que o bebê se antecipa ao comportamento dela e muda o jogo, vocalizando amorosamente para ela. Reconhecendo a mudança do jogo, a mãe vocaliza de forma amorosa para o bebê. E assim por diante, até que brevemente o bebê termina a seqüência e evita a interação, parando de responder a ela e desviando o

seu olhar. Rapidamente, a mãe sente esta mudança e respeita a vontade de seu bebê, parando de interagir momentaneamente com ele. Logo, a partir da regulação mútua, os parceiros conseguem sentir quando é o momento de iniciar, manter ou cessar uma interação.

É a partir destas brincadeiras citadas por Brazelton & Cramer (1990) que novas interações surgem. Denominadas de interações recíprocas, elas se caracterizam por ser interações, onde, após a iniciativa de algum membro da díade em começar a interação, ambos os membros interagem responsivamente às trocas afetivas dos outros, a partir de longas seqüências de um mesmo tipo de estimulação. É por isso que Brazelton & Cramer (1990) identificam os jogos do exemplo anterior como sendo recíprocos. E também que os mesmos possibilitam que o bebê desenvolva a autonomia e flexibilidade nas interações. Para os autores, isto significa dizer que o bebê começa a controlar a interação, ou seja, ele começa a liderar as interações e se torna independente para procurar e responder às deixas sociais e jogos. Neste momento, o adulto torna-se incapaz de prever o comportamento de seu bebê. Envolvida nesta concepção, está embutida a flexibilidade, ou seja, a capacidade de tornar as interações mais flexíveis, não tão previsíveis e rígidas, de modo a permitir que as relações sejam mais maleáveis e estimulantes. Como exemplo, os autores citam a capacidade de bebês de cinco meses de iniciar a interação e depois desistir dela, interrompendo a comunicação diádica com a sua mãe e olhando para outra parte do ambiente. Como resposta, a mãe redobra os seus esforços de captar a atenção do bebê de volta para a interação. Como não consegue, ela desiste ou cessa a interação. Neste momento, o bebê checa com frequência o comportamento de sua mãe, evidenciando que ele optou pelo fim da interação, mas sem que tivesse tentado escapar de alguma superestimulação.

Disto decorre que é muito importante para o estabelecimento e manutenção das interações que elas se baseiem em uma regulação mútua, *feedback*, harmonia e *timing* adequado para a resposta e ajuste nas interações (Trevarthen & Daniel, 2005). Segundo Tronick (1989) isto é fundamental para que o bebê consiga desenvolver a sua auto-regulação afetiva. Isto significa dizer que sem as interações, o bebê não consegue desenvolver o controle de seus próprios afetos. Para melhor esclarecimento, Tronick (1989) afirma que quando cuidadores e bebê interagem, eles estão afetando e sendo afetados pelas emoções um do outro. A

partir do momento em que o bebê evita a interação, cuidadores precisam reparar as próprias falhas na perda da mesma. Ao fazerem isso e serem bem sucedidos, eles conseguem transformar uma emoção negativa do bebê, que o fez cessar a interação, em uma emoção positiva, que o faz restabelecer a mesma. Por outro lado, quando bebês evitam a interação, através do desvio do olhar ou até mesmo focando a atenção para um comportamento de auto-estimulação, como chupar os dedos, e os cuidadores respeitam esta fuga, eles transferem o foco de atenção de uma emoção negativa, que se expressou nas interações, para estes comportamentos chamados por Tronick (1989) de comportamentos auto-regulatórios. Com o foco de atenção nestes comportamentos, o bebê vai transformando as suas emoções negativas em positivas. Como exemplo, Tronick (1989) afirma que o desvio do olhar do bebê durante uma situação de *stress* reduz o seu batimento cardíaco e o comportamento de chupar dedos pode acalmar bebês estressados.

Mas para que tudo isto seja possível, é muito importante que o cuidador seja sensível ao comportamento do bebê a ponto de respeitar a sua evitação, dando a oportunidade, então, para que o bebê desenvolva a auto-regulação de seus afetos. Logo, é imprescindível que os membros da díade estejam realmente engajados nas interações, a ponto de sentirem os sinais e os afetos que expressam quando eles devem permanecer ou deixar de interagir em determinados momentos. E é por isso também que Stern (1977) enfatiza o papel do cuidador em ser sensível aos comportamentos de seu bebê, a fim de que ele garanta uma estimulação ótima que possibilite o engajamento do bebê para a interação. Para o autor, em uma estimulação baixa, o bebê não se engaja nas interações ou rapidamente perde o seu interesse por elas. Já em uma estimulação alta, o bebê evita a interação ou acaba desviando o foco de atenção para outra situação. Como exemplos, na estimulação baixa, o bebê não prestar atenção à sua mãe quando ela o chama com voz baixa e sem motivação; e na estimulação alta, o bebê evitar olhar em direção ao parceiro de interação ou mudar a direção do seu rosto para o lado que não esteja o parceiro de interação. E por fim, a estimulação moderada, que é a mais eficiente para capturar e manter a atenção do bebê.

Disto tudo se conclui que a manifestação dos comportamentos e o modo como eles são expressos para iniciar, manter ou evitar uma interação dependem sempre dos afetos que estão subjacentes a qualquer interação. Neste ponto,

Hobson & Lee (1998) comparam os seres humanos a robôs, afirmando que o que nos diferencia destes é a nossa capacidade de nos conectar afetivamente às pessoas e deste modo, expressar os nossos comportamentos a partir dos afetos contidos nas interações com elas. Diferente dos robôs, que os manifestam independente da resposta afetiva do outro. Desta maneira, conforme dito acima, quando estamos atentos e sensíveis ao afeto do outro, somos capazes de utilizar comportamentos que expressam os nossos afetos e que demonstram o momento oportuno para iniciar, manter ou evitar uma interação.

Assim, o relacionar-se interpessoal, a partir dos dois meses de idade do bebê, permite vários ganhos no desenvolvimento do bebê. Com o envolvimento do bebê em interações contingentes e de alternância de turno e comportamento antecipatório, ele desenvolve um senso de controle das próprias ações, ao mesmo tempo que vivencia que os outros também controlam as próprias ações. Isto o ajuda a reconhecer que ele tem um corpo físico distinto dos corpos físicos dos seus parceiros de interação. Ao mesmo tempo, as interações diádicas possibilitam que o bebê desenvolva a auto-regulação de seus afetos, conforme salientou Tronick (1989). Para Stern (1992) isto permite que o bebê passe a ter a posse de sua própria afetividade, além de possibilitar que ele vivencie um senso de duração, a partir do momento que ele experimenta que as interações, ao serem repetidas no contato com o outro, apresentam uma continuidade.

Segundo Stern (1992) estas transformações culminam, pois, com o desenvolvimento de uma importante característica do desenvolvimento infantil típico: o desenvolvimento de um senso de *self* nuclear. Este senso de *self* caracteriza-se pela integração sensorial das experiências vividas pelo bebê, ocorridas através de suas interações sociais. Esta integração faz com que o bebê experiencie que possui um corpo físico distinto dos corpos de seus cuidadores. Ao mesmo tempo, o bebê experiencia que o seu cuidador possui também um corpo distinto do seu, mas que estes corpos podem se relacionar através das trocas afetivas entre eles.

Portanto, esta passagem de um senso de um *self* emergente para o senso de *self* nuclear ocorre a partir da integração de quatro auto-experiências básicas, já identificadas anteriormente, mas que agora serão melhor definidas: a auto-agência, ou seja, a autoria das próprias ações; a auto-coerência, como o senso de um corpo físico integrado; a auto-afetividade, isto é, a experienciação integrada

dos próprios afetos e a auto-história, que se refere ao senso de duração e continuidade do eu.

Estas novas habilidades, ocasionadas pelas intensas trocas afetivas entre cuidadores e bebê possibilitam que os membros da díade se engajem em novos tipos de interações, o que permite o fomento de novos comportamentos para o desenvolvimento infantil. Quais interações são essas e como elas ocasionam o aparecimento destes comportamentos é o que será visto a seguir.

### 2.3

#### **A conexão afetiva e o fluxo das interações na intersubjetividade secundária**

Conforme visto, nos meses iniciais, o bebê está envolvido em interações diádicas com os seus cuidadores. E quando não está interagindo com eles, se encontra absorto em manipular objetos de seu interesse, caracterizando a intersubjetividade primária (Trevarthen & Aitkhen, 2001). Mas, à medida que ele se envolve em novos tipos de interações, descritas anteriormente, que possibilitam a ele um papel mais ativo em procurar e estabelecer relações ao seu redor, ao mesmo tempo que vai apresentando um desenvolvimento motor, passando a ter um controle postural maior, a engatinhar e mais tarde a andar, ele passa a explorar muito mais o espaço que o circunda. Neste momento, Rochat (2007) afirma que o bebê se torna capaz de explorar o ambiente que vai além do espaço proximal com os seus cuidadores. Contudo, o autor afirma que, ainda que o bebê se sinta extremamente motivado a explorar todo o ambiente que o cerca, ele ainda tem grande interesse em estar próximo a seus cuidadores. Isto dá condições para que o bebê passe a integrar o seu interesse em explorar o ambiente e os objetos ao seu redor com o seu interesse de interagir com os seus cuidadores, envolvendo-se, então, em interações triádicas. Logo, estas interações caracterizam-se pelo envolvimento simultâneo entre o bebê, o adulto e os objetos e eventos ao redor, o que para Trevarthen & Aitkhen (2001) define o desenvolvimento da intersubjetividade secundária em bebês a partir dos nove meses de idade.

Ainda segundo estes autores, as interações triádicas apresentam as mesmas características das interações diádicas, como por exemplo, apresentar um ritmo próprio e depender da regulação mútua para que possam ocorrer adequadamente. Além disso, as interações diádicas passam a ser encontradas nas interações que

envolvem o bebê, o adulto e objetos ou eventos ao redor, como por exemplo, o bebê fazer uma alternância de turno e comportamento antecipatório com o seu cuidador em uma brincadeira de bola. Sendo assim, todas estas interações ocorrem simultaneamente em qualquer sequência do desenvolvimento humano, não apenas o inicial, posto que tudo o que envolve o desenvolver-se, envolve interação social. Com o diferencial de que estas interações possibilitam novos ganhos para o desenvolvimento infantil. Vejamos como.

Conforme dito, a partir dos nove meses de vida do bebê, ele passa a se envolver em interações triádicas com as pessoas, o que equivale a dizer que ele se torna capaz de compartilhar o foco de sua atenção com outra pessoa por um evento ou objeto de seu interesse, ao mesmo tempo que esta pessoa passa também a compartilhar o foco de sua atenção com o bebê. Para Stern (1992), isto só é possível porque, a partir do momento em que a criança apresenta um *self* nuclear e as pessoas também são *selves* nucleares, ela começa a vivenciar que *selves* distintos apresentam focos de atenção distintos, mas que podem ser compartilhados, através de um foco de interesse comum por um objeto ou evento. Nas palavras de Tomasello (2003), compartilhar significa dizer que os parceiros da interação prestam atenção tanto ao objeto quanto à atenção do outro a este objeto. Isto para Hobson et al (2006), requer que o bebê tenha desenvolvido tanto a habilidade de diferenciação do *self* em relação aos *selves* das outras pessoas, quanto a habilidade de coordenação, onde ele passa a compartilhar o seu foco de atenção com as outras pessoas.

Contudo, segundo Hobson (2005c), junto com o compartilhar do foco de atenção, o bebê e os parceiros de interação compartilham também os estados afetivos que se expressam nas interações triádicas. Deste modo, o bebê desenvolve um processo chamado por ele e por Hobson et al (2006) de identificação. Para o autor e seus colaboradores, a identificação, pois, é a propensão que o bebê apresenta de responder às manifestações afetivas e corporais do outro, através de experiências compartilhadas entre eles. Eles afirmam que esta identificação assume diferentes graus (o quanto o funcionamento do indivíduo é afetado por sua identificação), qualidades (diferentes tipos de ações e sentimentos com os quais o indivíduo possa se identificar) e níveis (assumindo desde formas superficiais de identificação até outras mais profundas). Ainda segundo eles, para que a identificação seja

possível, é fundamental que os parceiros de interação vivenciem que apresentam orientações psicológicas próprias. O que para nós significa dizer, que neste momento, estas orientações psicológicas se referem ao foco de atenção das pessoas.

Embora o conceito de identificação seja fundamental ao longo de toda a obra de Hobson (1993a; 1993b; 1998; 2002; 2005a; 2005b; 2007; 2008), ele permanece impreciso em todos os seus trabalhos. Por isto, o trabalho de Stern (1992) parece mais elucidativo neste momento. Próximo ao conceito de identificação, Stern (1992) e Stern et al (1985) apresentam o conceito de sintonia afetiva.

Segundo Stern (1992), nas interações diádicas, as principais brincadeiras utilizadas pelos membros da díade eram as mímicas exatas do comportamento um do outro. A partir dos nove meses de vida do bebê, o cuidador acrescenta uma nova dimensão para as interações e expande o seu comportamento para além da simples mímica de ações e comportamentos. Isto porque, como o bebê já experiencia que ele tem um foco de atenção distinto do de seus cuidadores, apresentando, segundo Hobson et al (2006) orientações próprias, já é possível interagir com ele através de comportamentos que não se baseiem estritamente em comportamentos e ações equivalentes. Deste modo, para Stern (1992) e Stern et al (1985) a sintonia afetiva é o modo das pessoas compartilharem a qualidade de um estado afetivo expresso em suas interações sociais, sem que usem da imitação exata da expressão comportamental utilizada pelo parceiro de interação para tal. Como por exemplo, o bebê sorrir com a mesma intensidade, ritmo e cadência da voz de sua mãe, enquanto esta conversa com ele.

Assim, a partir da sintonia afetiva, bebê e cuidadores se tornam capazes, não apenas de compartilhar um foco de interesse por algo, mas também de compartilhar estados afetivos através de comportamentos distintos. Estes estados afetivos são denominados por Stern (1992) de experiências subjetivas compartilhadas. Neste momento, o autor afirma que o relacionar-se intersubjetivo mudou, passando a envolver também o compartilhar de experiências subjetivas de cada parceiro da interação. A partir de então, o *self* nuclear, que estabelece as distinções físicas e sensoriais do eu e outro, dá condições e passa a existir junto com o *self* subjetivo do bebê.

Segundo Stern (1992) e Stern et al (1985), estas experiências subjetivas são compartilhadas, portanto, através da sintonia afetiva, que apresenta cinco importantes características. A primeira é que o parceiro de interação não reproduz fielmente o comportamento manifesto do outro, embora exista uma correspondência entre os comportamentos dos parceiros de interação, ocorrida através dos contornos de vitalidade. A segunda é que esta correspondência é intermodal, onde a pessoa iguala a sua expressão afetiva utilizando uma modalidade sensorial distinta do seu parceiro de interação, através da percepção amodal. Em terceiro lugar, a referência para igualar é o estado subjetivo que se expressa através do comportamento externo e não o ato comportamental em si, o que dá margens para a quarta característica, que afirma que os estados subjetivos são igualados através dos contornos de vitalidade. Por fim, a quinta característica considera que este processo ocorre imediatamente durante todas as interações e não envolve processos cognitivos.

Para os autores, tais características permitem que a sintonia afetiva seja o modo mais indicado para as pessoas verdadeiramente compartilharem estados afetivos, visto que, ao não enfatizar o foco nos comportamentos externos, ela enfatiza exclusivamente os estados subjetivos compartilháveis, além da qualidade do afeto que está sendo compartilhado. Deste modo, Stern et al (1985) consideram que a sintonia afetiva privilegia a qualidade como os comportamentos são expressos nas interações em detrimento de quais são eles. Isto também pode ser ratificado no trabalho de García-Perez, Lee, & Hobson, (2007), que defendem que a qualidade dos comportamentos do desenvolvimento infantil típico é mais importante do que o aparecimento deles em si.

Neste momento, Stern (1992) defende que há verdadeiramente o aparecer de um relacionar-se intersubjetivo, visto que agora o bebê vivencia que ele e as pessoas apresentam estados afetivos distintos, mas que podem ser compartilhados. Consideramos que tal afirmação pode ser embasada pelo pensamento de Gómez (1998) que defende que para a intersubjetividade existir não basta que o mesmo objeto ou evento seja o alvo de duas subjetividades diferentes, mas sim que uma subjetividade esteja engajada em como a outra subjetividade considera o objeto.

Voltando, pois, às interações triádicas e ao pensamento de Stern (1992), o autor considera que a sintonia afetiva e o relacionar-se intersubjetivo fica evidenciado pelo aparecimento da atenção compartilhada. A atenção

compartilhada é definida por Tomasello (2003) como um complexo de comportamentos sociais que possibilitam a criança, compartilhar, seguir e dirigir a atenção do adulto para objetos e eventos à sua volta. Segundo Hobson et al (2006), com o desenvolvimento da diferenciação e coordenação entre o *self* do bebê e os outros *selves*, o bebê vivencia que ele tem um foco particular de atenção, assim como os seus cuidadores também o têm e que eles podem ser compartilhados, através de comportamentos não-verbais que caracterizam a atenção compartilhada.

Carpenter, Nagell & Tomasello (1998) dividem a atenção compartilhada em três modos, citados em ordem cronológica de como aparecem no desenvolvimento infantil, de acordo com a pesquisa dos autores. O primeiro, chamado de *engajamento compartilhado*, é aquele onde a criança divide a sua atenção com o adulto por um objeto de interesse mútuo. Aparece por volta de nove meses de idade da criança.

O segundo modo é o *seguir a atenção e o comportamento*, que ocorre quando a criança direciona a sua atenção e o seu comportamento para algum objeto de interesse do adulto. Aparece aos doze meses e meio de idade. Ela faz isso seguindo o apontar do adulto, ou seja, olhando para o local que o dedo dele aponta, imitando as suas ações instrumentais, isto é, imitando o comportamento do adulto, reproduzindo os meios por ele utilizado para atingir determinado fim, imitando as suas ações arbitrárias, que ocorre quando ela imita os movimentos corporais do adulto e, por último, seguindo o olhar do adulto, onde ela olha para o mesmo local que ele.

Já o terceiro modo é chamado de *dirigir a atenção e comportamento*, que aparece após os doze meses e meio de idade da criança. Ele é dividido em gestos declarativos, que são aqueles comportamentos onde a criança direciona a atenção do adulto apenas para compartilhar com ele o seu interesse por algum objeto e gestos imperativos, que são aqueles usados pela criança para direcionar a atenção do adulto para obter dele ajuda para realizar algum objetivo.

Os gestos declarativos dividem-se em mostrar declarativo, definido pela capacidade da criança mostrar algum objeto de seu interesse para o adulto, o apontar declarativo, que ocorre quando a criança aponta para algo de seu interesse e o dar declarativo, onde a criança entrega um objeto de seu interesse para o adulto.

Já os gestos imperativos são dois: o dar imperativo, que é aquele em que a criança entrega um objeto para o adulto para que ele faça algo que ela não consegue fazer e o outro é o apontar imperativo, que ocorre quando criança aponta para pedir algo de seu interesse.

Segundo Carpenter, Nagell & Tomasello (1998) e Tomasello (2003), a partir da atenção compartilhada, o bebê desenvolve as suas interações intencionais. De acordo com Bates (1979), estas interações são definidas pela capacidade do bebê buscar o outro como meio para ele atingir um determinado fim. Para a autora, o bebê faz isto através dos comportamentos da atenção compartilhada. Com os gestos imperativos, ele utiliza o adulto como meio para obter objetos ou outros objetivos, naquilo que Wetherby, Schuler & Prizant (1997) consideram como o uso intencional de comportamentos comunicativos para a regulação do comportamento do outro. Já com os gestos declarativos, o bebê usa algum objeto ou evento como meio para obter a atenção do adulto, o que Wetherby, Schuler & Prizant (1997) afirmam ser a utilização intencional de comportamentos comunicativos para se alcançar interação social com o outro. O importante é que o bebê envolve os adultos em seus próprios esquemas intencionais, seja fazendo com que eles se tornem o fim de suas ações, como nos gestos declarativos, seja utilizando-os como ferramentas, como nos gestos imperativos. E também vivencia que as pessoas também o envolvem em seus próprios esquemas intencionais, como por exemplo, o adulto fazer a criança seguir a sua atenção e comportamento.

Contudo, para que os comportamentos do bebê sejam identificados como realmente intencionais, Bates (1979) discrimina três evidências que permitem inferir a sua intenção comunicativa. O primeiro é que a criança passe a utilizar o contato ocular para checar os efeitos de seus comportamentos no outro, a fim de buscar uma resposta de seu parceiro de interação. O segundo é que a criança faça alterações em sua sinalização até que o seu objetivo seja alcançado. Assim, a criança utiliza modelos abreviados de sinais que são apropriados somente para realizar o objetivo comunicativo. Por último, o terceiro comportamento é que a criança modifique os sinais individuais, ritualizando comportamentos e vocalizações para novamente atingir o adulto, visando a comunicação com ele e não o objetivo somente. Este último permite à criança reconhecer o aspecto convencional e compartilhado da comunicação, o que pode dar condições para o

desenvolvimento da sua fala. É por isso que a atenção compartilhada é considerada, pois, um dos precursores para o desenvolvimento da comunicação verbal (Carpenter, Nagell & Tomasello, 1998; Carpenter & Tomasello, 2000; Mundy & Stella, 2000; Tomasello, 2003).

Além da mesma, podemos citar outros comportamentos que começam a se desenvolver após o surgimento da atenção compartilhada, evidenciando também o aparecimento do aspecto convencional da comunicação. Assim, encontramos o desenvolvimento dos gestos de saudação e despedidas, identificados, por exemplo, pelos gestos de acenar com as mãos para nos despedirmos de alguém, e os acenos de cabeça, para negarmos ou concordamos com as afirmações dos outros, através de movimentos com a cabeça (García-Perez, Lee & Hobson, (2007).

A questão do contato ocular também é endossada por Carpenter, Nagell & Tomasello (1998) e Tomasello (2003). Eles defendem que quando o contato ocular entre os parceiros de interação aparece junto com os comportamentos não-verbais da atenção compartilhada, isto evidencia que comportamentos comunicativos intencionais genuínos estão ocorrendo entre os parceiros. Isto porque, o contato ocular mostra que ambos estão direcionando os sinais comunicativos diretamente um para o outro e não para o objeto ou evento em si, reconhecendo no parceiro de interação um parceiro comunicativo intencional, que pode perceber e responder os seus sinais e vice-versa.

Tal afirmação não é defendida por Crais, Douglas & Campbell (2004), que acreditam que muitos comportamentos comunicativos podem ocorrer sem que a criança faça contato ocular com o seu parceiro de interação, desde que ela utilize outros comportamentos que podem ser compartilhados. O que pode ser melhor entendido pelo pensamento de Wimpory, Hobson & Nash (2007) que defendem que o engajamento para a comunicação intencional é evidenciado quando vários comportamentos do desenvolvimento típico aparecem simultaneamente nas interações, como por exemplo, o bebê sorrir, gesticular e ao mesmo tempo vocalizar para o seu parceiro de interação. Embora, ao contrário de Crais, Douglas & Campbell (2004), Wimpory, Hobson, & Nash, (2007) ratificam a importância do contato ocular entre os parceiros de interação, mesmo que acoplado a outras formas adicionais de comunicação, como por exemplo, o sorriso entre os parceiros e as expressões corporais de ambos.

De todo o modo, a discussão a respeito da importância do contato ocular entre os parceiros de interação nos comportamentos comunicativos da atenção compartilhada aponta para o fato de que, a partir da atenção compartilhada, ambos os parceiros passam a interagir uns com os outros como pessoas que apresentam estados subjetivos e intenções próprias e focos de atenção distintos, mas compartilháveis. É por isto que Hobson (2005c) defende que a atenção compartilhada implica mais do que meramente uma pessoa reconhecer o foco de sua atenção. Ela significa, sobretudo, que uma pessoa está tão conectada afetivamente com a outra, a ponto de ambas poderem compartilhar estados afetivos e de atenção.

Contudo, Tomasello (2003) identifica que alguns comportamentos podem ser confundidos com os comportamentos intencionais da atenção compartilhada. Isto porque, apesar deles terem a mesma forma, como por exemplo, um apontar, eles não são verdadeiramente intencionais, ou seja, utilizados para obter de alguém algum objetivo ou vice-versa. Para o autor, eles se desenvolvem por condicionamento, ou seja, a pessoa que os usa, associa que o uso destes comportamentos faz com que ela seja recompensada externamente de alguma forma. Assim, o seu uso não tem como objetivo afetar o parceiro de interação, mas simplesmente obter uma recompensa esperada. Como por exemplo, a criança imitar alguém batendo palmas e ganhar um pacote de biscoitos por isto.

Tal perspectiva é encontrada também no trabalho de Gómez (1998; 2005; 2007), que se dedica a estudar as diferenças entre primatas e crianças humanas. Embora ele encontre primatas em cativeiros que apresentam certos comportamentos humanos, como apontar para objetos fora de seu alcance, eles só os fazem para obter algo que os interessa, não utilizando comportamentos comunicativos não-verbais para compartilhar experiências afetivas. O que para Hobson (2005c) não caracteriza a verdadeira atenção compartilhada, que tem como principal fundamento ser uma forma especial de engajamento intersubjetivo que faz com que o bebê vivencie a ligação entre o seu próprio interesse e o interesse do outro por um foco compartilhado.

Assim, Hobson (2002) defende que, através da atenção compartilhada, a criança experiencia que a expressão de afeto de seus parceiros de interação tem um significado na situação compartilhada e isto afeta o significado que esta situação tem para ela. É a partir do primeiro ano de vida, pois, que a criança

desenvolve um importante comportamento denominado de referenciação social. A referenciação social caracteriza-se pela capacidade da criança mudar a sua resposta afetiva sobre uma situação, devido à expressão de afeto que o cuidador manifesta na mesma. Como exemplo, Hobson (2002) cita um experimento, onde bebês de doze meses são apresentados a três diferentes brinquedos. Com cada um destes brinquedos, as mães manifestavam um afeto distinto, como alegria ou medo diante dos mesmos. Como reação, as crianças brincavam menos com os brinquedos que as mães expressavam medo, ao mesmo tempo que brincavam mais com os outros que elas demonstravam alegria. O que significa dizer que, para Hobson (2002), a partir da atenção compartilhada, as crianças começam a vivenciar que o mundo não apenas tem um significado afetivo para elas, mas que ele tem também significados afetivos para os outros. E mais ainda, que os significados afetivos dos outros afetam o próprio significado afetivo delas mesmas.

Contudo, até este momento o foco de atenção, as intenções e afetos compartilhados se limitam ainda às situações vivenciadas momento-a-momento pela criança, ou seja, em situações que se apóiam ainda na realidade imediata percebida visualmente pela criança, como por exemplo, ela ter que olhar para um objeto para que compartilhe o seu foco de atenção com o adulto. Dito de outra maneira, ela ainda não é capaz de se desvincular das situações imediatas para compartilhar afetos e intenções com as pessoas. É por isso que Carpenter, Nagell & Tomasello (1998) afirmam que, inicialmente, a criança compreende que os outros têm algum tipo de orientação psicológica que é diferente da sua própria, sem saber precisamente qual é esta orientação ou como defini-la. Com isso, eles denominam esta fase de *understanding that* (compreender que), chamando a atenção para o fato da criança já ser capaz de compreender que os outros atendem e têm intenções em torno de entidades externas, embora ela não saiba quais são elas. E embasam o seu argumento afirmando que a referenciação social é um comportamento que mostra que as crianças compreendem que os outros têm intenções e reagem a elas, mesmo sem saber quais são.

Nas palavras de Hobson (2002), podemos considerar que o *understanding that* (compreender que) seria melhor entendido não através da capacidade da criança de compreensão de que os outros têm intenções, visto que as intenções são compartilhadas em interações afetivas e sociais, ou seja em ações imediatas e

diretas, o que não requer ainda um entendimento intelectual. Logo, o *understanding that* (compreender que) pode ser melhor definido por Hobson et al (2006) pela capacidade da criança ser afetada e movida pelo afeto e foco de atenção do outro, mesmo que ela ainda não adquira uma compreensão de que orientações psicológicas sejam estas. Isto ocorre em situações vivenciadas a momento-a-momento entre ambos e os eventos do mundo.

O desenvolvimento do brincar pode ser um importante exemplo do que acontece até este momento. Wainwright & Fein (1996) descrevem que nos primeiros nove meses de vida do bebê, ainda na intersubjetividade primária, o brincar comumente encontrado se restringe ao brincar sensório-motor, onde o bebê se interessa apenas pelas sensações prazerosas que o brinquedo provoca nele, como por exemplo, o seu interesse pelos estímulos visuais, táteis, sonoros e de movimento do mesmo. Após os nove meses, com o advento da atenção compartilhada, as crianças passam a acompanhar o foco de atenção das pessoas pelos brinquedos e prestam a atenção em como elas o utilizam. Assim, elas seguem o modo dos adultos utilizarem os brinquedos e passam a utilizá-los de modo mais funcional, se interessando por atividades que criam algum efeito desejado, como por exemplo, encaixar peças para montar um cubo. Para Wainwright & Fein (1996) o jogo funcional é realizado através do uso apropriado de um objeto ou da associação convencional de dois ou mais objetos, como por exemplo, os jogos de encaixe ou ser a primeira forma de representação infantil. Isto porque, para os autores, a partir do primeiro ano de vida das crianças, elas se tornam capazes de participar de brincadeiras de “faz-de-conta”, onde elas começam a fingir que um objeto representa algum outro, desde que ele seja uma cópia fiel do mesmo. Como por exemplo, as miniaturas de animais, carros, pegar uma xícara de brinquedo e colocar na boca ou imitações de objetos feitos em massinha ou desenhos. Contudo, até este momento, como elas ainda necessitam de um apoio visual para que possam seguir e compartilhar o seu foco de atenção com os outros, esta representação ainda está intensamente vinculada às experiências perceptuais e imediatas das crianças.

Entrementes, a partir dos dezoito meses, uma nova transformação ocorre. Num retrospecto feito no trabalho de Hobson (2002), a partir da atenção compartilhada, as crianças começam a se relacionar com as pessoas considerando uma dimensão subjetiva, como agir e ser movida pelo foco de atenção e intenção

do outro através do compartilhar interesses pelo mundo. Isto dá condições para que as crianças vivenciem que as pessoas apresentam desejos, sentimentos e vontades próprias, ou seja, estados mentais próprios, e que os mesmos influenciam o modo de darmos significados aos eventos do mundo. A partir disto, elas passam a vivenciar que estes significados são tanto variáveis, devido à resposta afetiva de cada pessoa, quanto são compartilhados socialmente quando um grupo de pessoas utiliza em suas práticas sociais um mesmo significado para um evento específico. Isto permite que a criança se desvincule das situações imediatas para começar a vivenciar que os eventos e objetos do mundo são significados fora da sua percepção imediata, passando, pois, a desenvolver comportamentos imprescindíveis para o seu desenvolvimento.

Neste momento, Carpenter et al (1998) consideram que a criança adquire a capacidade de *understanding what* (compreender o que), ou seja, de compreender quais são as intenções das pessoas para que possa utilizá-las em seu próprio repertório comportamental. Como por exemplo, os autores citam a capacidade da criança em perceber a intenção do adulto em fazer algo e por interessá-la também, ela o imita para alcançar o mesmo objetivo almejado por ele. Já outros autores, como Baron-Conhen (2000), Frith (1997) e Happé (1994) acreditam que esta criança passa a adquirir uma Teoria da Mente, ou seja, a capacidade de atribuir intenções, desejos e sentimentos aos outros e de “ler” estes estados mentais, devido à sua capacidade de meta-representar, ou seja, de representar as representações das pessoas, isto é, estes estados mentais.

Em nosso entendimento, citando novamente Hobson (2002), podemos considerar que o *understanding what* (compreender o que) e a Teoria da Mente são melhor compreendidos pela habilidade que crianças de dezoito meses adquirem de compartilhar os diversos significados dos eventos do mundo, dados através das interações afetivas e sociais compartilhadas entre as pessoas. Assim, ao fazer isto, elas passam a entender que não apenas os significados e os afetos são compartilhados, mas que também as próprias perspectivas e as dos outros, que são utilizadas neste compartilhar, podem ser compartilhadas e assim, compreendidas.

A partir disto, as crianças podem desenvolver um importante comportamento, que é o aparecimento do jogo simbólico, definido por Leslie (1987), como a capacidade da criança agir “como se” um objeto ou situação fosse

algo que na verdade não é. Isto é fundamental para que a criança passe a interiorizar ações, que antes eram explorações diretas do ambiente.

Com o advento do jogo simbólico, a criança começa a separar o objeto de seu significado e passa a atribuir ao mesmo outro significado, podendo também atribuir significados a outras circunstâncias. É por isso que Leslie (1987) dividiu o jogo simbólico em três formas fundamentais:

*-Substituição de objetos* – um objeto é utilizado para substituir um objeto diferente. Ou seja, a criança conhece um objeto pelo o que ele é, mas pode escolher tratá-lo como se fosse um objeto diferente. Ex: criança fingir que um tijolo é um telefone.

*-Atribuição de falsas propriedades*- caracterizado pela criança atribuir algumas características a algum objeto. Ex: criança finge que sua boneca está doente. Assim, a criança passa a dotar um objeto com propriedades que ele não tem;

*-Referência a um objeto ausente*- ocorre quando a criança se refere a algo como se estivesse presente. Ex: criança finge que dirige o caminhão em uma ponte invisível. Neste caso, a criança pode agir como se um objeto existisse quando ele não existe.

Juntamente com o aparecimento do jogo simbólico, a criança começa a desenvolver a sua linguagem referencial, ou seja, o uso de palavras aprendidas em seu contexto social. Tomasello (2003) afirma que isto só é possível devido à capacidade que a criança desenvolve de inversão de papéis. Para o autor, isto significa dizer que, a partir do momento que a criança se relaciona com pessoas com perspectivas e estados mentais distintos, ela consegue compreender a intenção de uma pessoa ao utilizar determinada palavra em certo contexto. Então, ela inverte o seu papel com o parceiro de interação, assume a intenção do seu parceiro comunicativo e passa a utilizar a mesma palavra que o parceiro de interação utilizou na situação compartilhada.

García-Perez, Hobson & Lee (2008) denominam este processo de alternância de perspectivas, o que para eles evidencia o modo como as crianças vêm a si mesmas e os outros como orientações psicológicas separadas, mas com papéis potencialmente intercambiáveis. Assim, para os autores, a criança se identifica com a perspectiva do outro ao utilizar uma palavra e apropria-se dela para utilizá-la em seu próprio repertório comportamental. Logo, a criança é capaz

de inverter perspectivas, passando a utilizar a palavra dita pelo outro como própria.

É devido a isto também que as crianças podem desenvolver o uso dos pronomes pessoais, como o uso do pronome “eu”. Isto porque, como afirma Hobson (1993a), apenas quando a criança é capaz de apreender a intenção do adulto em utilizar os pronomes, ela é capaz de adotar a perspectiva dele. E ao adotar esta perspectiva, a criança pode assumir o papel do adulto nas interações sociais, sem perder de vista a própria perspectiva. Com isso, ela passa a utilizar os pronomes como foram utilizados pelo parceiro da interação, assumindo as palavras ditas pelo outro como suas.

Do mesmo modo, a partir do momento que as crianças adquirem diferentes perspectivas, e passam a interiorizar ações que antes eram apenas explorações diretas do contexto ao seu redor, elas passam a ser capazes de adquirir compreensão social, o que para Tomasello (2003) significa o aparecimento da aprendizagem social, desenvolvimento simbólico e aquisição de regras sociais. No caso de crianças ainda pequenas, isto fica exemplificado pela sua capacidade de partilhar das regras e convenções estipuladas pela sua família e na sua escola.

Acompanhando o pensamento de Tomasello (2003), Hobson (2005b) afirma que, à medida que as crianças se envolvem em interações onde conseguem se relacionar com a dimensão subjetiva das pessoas, podendo, então, assumir as perspectivas dos outros como próprias, elas finalmente podem desenvolver o seu pensamento e partilhar de todo o contexto social ao seu redor, o que inclui os sistemas lingüístico, simbólico e de regras de seu grupo social.

A partir disso, Hobson (1993b) considera que as crianças adquirem um novo nível de desenvolvimento do *self*, onde elas não apenas podem se identificar e reconhecer os diferentes estados mentais e perspectivas das outras pessoas, mas também onde elas passam a desenvolver uma consciência reflexiva de sua própria vida emocional, desenvolvendo, então, a sua autoconsciência. O que equivale a dizer que, segundo Hobson et al (2006) as crianças passam a refletir acerca de seus próprios sentimentos, condutas e ações. Além de desenvolver o que os autores denominam como emoções sociais, definidas como aquelas emoções que se desenvolvem a partir da apropriação que um indivíduo faz da avaliação dos outros para auto-avaliar-se. Como exemplo, podemos citar emoções como a vergonha, onde o indivíduo assume para si que o outro o está julgando em

determinada situação, a culpa, onde o indivíduo acredita que o outro o considera responsável por algo e o orgulho, onde o indivíduo considera que o outro o julga como um vencedor em determinado contexto.

Disto tudo se depreende que a conexão afetiva é a precursora para o engajamento de recém-nascidos e cuidadores em trocas sociais recíprocas, fundamentais para o compartilhamento mútuo de experiências afetivas e mais tarde, de interesses pelo mundo, o que acarreta o desenvolvimento de importantes comportamentos do desenvolvimento infantil típico, conforme já visto. Mas o que acontece em casos em que há falhas no aparecimento da conexão afetiva? É o que será averiguado ao tratarmos do transtorno autista.